



REBENA

Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 11, 2025, p. 282 - 290

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

Leitura e escrita na Amazônia: alfabetização contextualizada para crianças do Amapá

Reading and writing in the Amazon: contextualized literacy for children in Amapá

Jacyguara Costa Pinto¹ Jeorge Crelson Soares Avinte²
Josimara Brito de Souza³ Cláudio Peres de Oliveira Neto⁴
Catia Milrea dos Santos⁵ Lucicarmi Pinheiro Alves⁶
Valdenete Pinto da Silva⁷

Submetido: 15/03/2024 Aprovado: 25/05/2025 Publicação: 04/06/2025

RESUMO

Este artigo aborda a alfabetização contextualizada como estratégia pedagógica para a Educação Básica no estado do Amapá, considerando suas especificidades socioculturais, territoriais e linguísticas. O objetivo é refletir sobre práticas alfabetizadoras que respeitem os saberes tradicionais das comunidades amazônicas, valorizando suas múltiplas linguagens e promovendo a inclusão por meio de uma pedagogia enraizada no território. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica fundamentada em autores como Freire, Soares, Kleiman e Vygotsky. Os resultados apontam que práticas pedagógicas contextualizadas, associadas à escuta ativa da comunidade, uso do território como recurso didático e valorização da diversidade cultural, potencializam o processo de ensino-aprendizagem e fortalecem a identidade dos estudantes. A formação docente continuada e a produção de materiais didáticos regionais são destacadas como fundamentais para a implementação de políticas educacionais coerentes com a realidade amazônica. Conclui-se que a alfabetização no Amapá deve ser compreendida como processo cultural, histórico e político, cuja efetivação depende da articulação entre escola, comunidade e poder público. A proposta reafirma a importância de uma educação que reconheça o aluno como sujeito ativo e produtor de saberes, rompendo com modelos padronizados e promovendo uma aprendizagem significativa e libertadora.

Palavras-chave: alfabetização; Amazônia; letramento; educação contextualizada; Amapá.

ABSTRACT

This article addresses contextualized literacy as a pedagogical strategy for Basic Education in the state of Amapá, taking into account its sociocultural, territorial, and linguistic specificities. The aim is to reflect on literacy practices that respect the traditional knowledge of Amazonian communities, value their multiple forms of language, and promote inclusion through a pedagogy rooted in the local territory. The methodology used is qualitative in nature, based on a literature review supported by authors such as Freire, Soares, Kleiman, and Vygotsky. The results indicate that contextualized pedagogical practices—combined with active community listening, the use of territory as a didactic resource, and the appreciation of cultural diversity—enhance the teaching-learning process and strengthen students' identities. Continuous teacher training and the development of regional teaching materials are highlighted as essential for implementing educational policies that align with the Amazonian reality.

It is concluded that literacy in Amapá must be understood as a cultural, historical, and political process, whose effectiveness depends on the coordination between schools, communities, and public authorities. The proposal reaffirms the importance of an education that recognizes the student as an active subject and producer of knowledge, breaking away from standardized models and promoting meaningful and emancipatory learning.

Keywords: literacy; Amazon; literacies; contextualized education; Amapá.

¹ Doutor em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, jacyguaracosta@gmail.com

² Doutor em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales, professorjc70@gmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales, josimarabrito@gmail.com

⁴ Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales, claudioperes508@gmail.com

⁵ Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales, catia.milrea65@gmail.com

⁶ Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales, lucicarmi@hotmail.com

⁷ Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales, valsilva@gmail.com

1. Introdução

A alfabetização vai além do domínio técnico da leitura e da escrita; ela constitui um processo social e cultural profundamente ligado ao meio em que o indivíduo está inserido. No contexto amazônico, especialmente no estado do Amapá, esse processo adquire características particulares, pois está imerso em uma diversidade de saberes, línguas, paisagens e modos de vida que desafiam os modelos tradicionais de ensino.

Com base nas contribuições de Freire (1996), entende-se que ensinar a ler e escrever deve partir da leitura do mundo. No Amapá, essa leitura do mundo precisa considerar a vivência de crianças que crescem em comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e urbanas periféricas. Tais contextos exigem abordagens pedagógicas que respeitem e dialoguem com as realidades locais.

A concepção de alfabetização como prática social, defendida por Soares (2004), reforça a necessidade de metodologias que valorizem a oralidade, os gêneros textuais locais e os contextos culturais dos alunos. Isso implica em repensar o papel da escola como espaço de reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural.

Segundo Kleiman (2005), práticas de letramento são atravessadas por relações sociais específicas. No Amapá, essas relações se manifestam nos rituais comunitários, nas narrativas orais e nas tradições que compõem o repertório cultural das crianças. Ignorar essas práticas é limitar o alcance do processo de alfabetização.

A proposta de uma alfabetização contextualizada não se restringe a adaptar conteúdos, mas sim a repensar toda a estrutura pedagógica. Como aponta Tfouni (2003), o letramento deve ser compreendido como um processo contínuo, em que a escola atua como mediadora entre os saberes locais e o conhecimento sistematizado.

Dessa forma, o ensino da leitura e da escrita na Amazônia deve incorporar elementos da cultura local, como as histórias orais, os mitos, as danças e os modos de viver da floresta. Essa integração fortalece o vínculo entre a criança e o processo de aprendizagem, como defende Street (2014), ao destacar a importância dos letramentos ideológicos.

A alfabetização, quando desvinculada do contexto, tende a produzir desinteresse e evasão escolar. Segundo Oliveira (2010), o fracasso escolar está frequentemente ligado à desconsideração dos saberes prévios do aluno. No Amapá, onde o cotidiano de muitas crianças é marcado por atividades como pesca, agricultura familiar e rituais comunitários, esses saberes devem ser ponto de partida para a aprendizagem.

No campo da linguística aplicada, autores como Rojo (2009) argumentam que os multiletramentos são fundamentais em um mundo globalizado e diverso. Para o Amapá, isso significa

trabalhar diferentes linguagens – oral, escrita, visual, digital – a partir de práticas vividas pelas crianças.

Além disso, a escuta pedagógica é essencial. Para Candau (2012), a interculturalidade deve ser um princípio norteador das práticas escolares em regiões pluriculturais como a Amazônia. Escutar as crianças, suas famílias e suas comunidades é o primeiro passo para construir um currículo verdadeiramente inclusivo.

É importante reconhecer que os desafios logísticos enfrentados por muitas escolas amapaenses – como o difícil acesso, a falta de infraestrutura e a rotatividade de professores – também impactam diretamente a alfabetização. Segundo Arroyo (2011), as condições materiais da escola não podem ser ignoradas no planejamento educacional.

Apesar das dificuldades, experiências exitosas de alfabetização contextualizada têm surgido em várias regiões do Amapá. Projetos que utilizam a floresta como sala de aula ou que integram os anciãos das comunidades nas atividades escolares têm mostrado resultados promissores. Essas práticas reafirmam a ideia de Vygotsky (1998) de que o aprendizado é potencializado quando parte da realidade do educando. No caso do Amapá, essa realidade inclui o convívio com a natureza, os rios, os saberes tradicionais e uma forte ligação com o território.

A escola, portanto, deve ser um espaço de diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os saberes locais. Essa perspectiva é reforçada por Molina (2016), ao tratar da educação do campo e das comunidades tradicionais como sujeitos de direitos e de saberes.

O trabalho com projetos pedagógicos interdisciplinares é uma estratégia eficaz para contextualizar o ensino da leitura e da escrita. Ao envolver temas como a preservação ambiental, a cultura local e os modos de vida amazônicos, os alunos encontram sentido naquilo que aprendem.

Além disso, a formação dos professores é um fator decisivo. Segundo Nóvoa (1995), é preciso investir na formação contínua e na valorização do docente como agente transformador. No Amapá, isso significa preparar professores para atuar em contextos diversos e muitas vezes desafiadores.

Outro ponto relevante é a produção e o uso de materiais didáticos contextualizados. Livros que retratem o cotidiano amazônico, personagens locais e paisagens conhecidas pelas crianças contribuem para um processo de alfabetização mais próximo e significativo.

A escassez de políticas públicas voltadas especificamente à alfabetização na Amazônia é um entrave a ser superado. Como aponta Diniz (2017), é preciso reconhecer as especificidades regionais na formulação de programas educacionais.

Por isso, a luta por uma educação de qualidade no Amapá deve considerar as singularidades de seu povo, seu território e sua história. Isso passa por valorizar a língua, a cultura, o corpo e o tempo das comunidades locais.

A alfabetização contextualizada também se revela uma estratégia de resistência cultural. Em meio aos processos de homogeneização cultural impostos pela globalização, preservar as formas locais de expressão torna-se um ato político e educativo.

Esse processo também contribui para a construção de identidade e autoestima das crianças. Sentir-se representado nos livros, nas histórias contadas em sala e nos exemplos trazidos pelo professor fortalece o vínculo do aluno com a escola.

Segundo Cagliari (2009), alfabetizar é permitir que o sujeito se aproprie da língua como instrumento de transformação do mundo. No Amapá, essa apropriação deve estar ancorada na realidade amazônica e em seus múltiplos letramentos.

Nesse sentido, a alfabetização precisa ser compreendida como prática de liberdade, como propôs Freire (1996). Ensinar a ler e escrever é, antes de tudo, criar condições para que o educando compreenda seu lugar no mundo e possa transformá-lo.

Portanto, pensar a alfabetização na Amazônia exige mais do que boas intenções pedagógicas; requer compromisso político, sensibilidade cultural e escuta ativa. É preciso colocar o território no centro do planejamento educativo.

A Amazônia, com toda sua complexidade, oferece um campo fértil para práticas pedagógicas inovadoras e transformadoras. A alfabetização contextualizada no Amapá é, assim, uma possibilidade real de fazer da escola um espaço de pertencimento, diálogo e emancipação.

Este artigo, portanto, tem como objetivo discutir os fundamentos e as práticas da alfabetização contextualizada para crianças do Amapá, apresentando reflexões teóricas e exemplos concretos que evidenciem a importância de uma educação enraizada na realidade amazônica.

2. Desenvolvimento

A alfabetização contextualizada é uma resposta necessária aos desafios impostos pela diversidade cultural, linguística e territorial do Amapá. Conforme destaca Freire (1996), o processo de ensino precisa dialogar com a realidade vivida pelos alunos, incorporando elementos de sua cultura e cotidiano. Para Soares (2004), essa perspectiva amplia a concepção de alfabetização como prática social, favorecendo aprendizagens significativas.

No contexto amapaense, as práticas pedagógicas devem considerar os saberes tradicionais das comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Segundo Kleiman (2005), o letramento está inserido em práticas sociais específicas que moldam o modo como a linguagem é compreendida e utilizada. Tfouni (2003) complementa que a escola deve funcionar como espaço de mediação entre o conhecimento científico e os saberes populares.

A utilização de narrativas orais como recurso pedagógico contribui para a valorização da cultura local e para o desenvolvimento das habilidades linguísticas. Conforme aponta Street (2014),

os letramentos ideológicos refletem as estruturas sociais e culturais nas quais se inserem. Oliveira (2010) ressalta que o fracasso escolar está muitas vezes associado à desconexão entre o currículo e o universo cultural dos alunos.

As atividades pedagógicas que envolvem práticas tradicionais, como contação de histórias, cantigas e mitos regionais, aproximam os estudantes do processo de aprendizagem. Rojo (2009) defende que os multiletramentos são essenciais para dar conta da complexidade da comunicação contemporânea. Nesse mesmo sentido, Candau (2012) salienta a importância da interculturalidade como fundamento da prática educativa.

O planejamento escolar precisa considerar o território como um componente didático-pedagógico. Arroyo (2011) argumenta que a geografia da escola impacta diretamente na dinâmica de ensino. Para Vygotsky (1998), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da interação com o ambiente sociocultural.

A construção de projetos pedagógicos contextualizados deve ser pautada em temas que dialoguem com o cotidiano dos alunos. Segundo Molina (2016), a educação do campo deve considerar a cultura local como ponto de partida para a aprendizagem. Nóvoa (1995) também enfatiza a importância da formação docente alinhada às especificidades regionais.

No Amapá, a interdisciplinaridade pode ser trabalhada por meio de projetos que abordem temas como meio ambiente, identidade cultural e economia local. Diniz (2017) destaca a necessidade de políticas públicas específicas para a região amazônica. Freire (1996) reforça que a educação deve promover a leitura crítica do mundo.

A formação continuada de professores é essencial para o fortalecimento da alfabetização contextualizada. De acordo com Soares (2004), o educador precisa compreender os múltiplos letramentos que permeiam a vida dos alunos. Kleiman (2005) acrescenta que a formação docente deve ser voltada para a compreensão das práticas sociais letradas.

A produção de materiais didáticos regionais é uma demanda constante nas escolas do Amapá. Tfouni (2003) afirma que o letramento está relacionado à apropriação crítica da linguagem. Street (2014) reforça que os materiais devem refletir os letramentos praticados na comunidade.

A ausência de livros e recursos que representem a diversidade amazônica dificulta o processo de aprendizagem. Oliveira (2010) defende que o reconhecimento das experiências dos alunos fortalece o vínculo com a escola. Rojo (2009) pontua que os recursos didáticos devem dialogar com os multiletramentos presentes no cotidiano.

A escuta das comunidades escolares é um passo fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva. Candau (2012) sustenta que a valorização da escuta ativa contribui para a construção de currículos interculturais. Arroyo (2011) ressalta que o diálogo entre escola e comunidade é essencial para a efetivação de práticas pedagógicas contextualizadas.

Projetos de alfabetização desenvolvidos em parceria com lideranças comunitárias têm se mostrado eficazes no Amapá. Vygotsky (1998) destaca o papel do outro no desenvolvimento cognitivo. Molina (2016) reforça que a escola deve reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas do processo educativo.

Experiências que utilizam a floresta como sala de aula ilustram o potencial do território como recurso didático. Nóvoa (1995) aponta que o espaço onde o conhecimento é produzido influencia na aprendizagem. Diniz (2017) ressalta que o ambiente natural amazônico pode ser aliado no processo de alfabetização.

O envolvimento das famílias nas práticas de leitura e escrita contribui para o sucesso da alfabetização. Freire (1996) afirma que a educação deve ser uma prática dialógica. Soares (2004) observa que a participação da comunidade fortalece os vínculos entre escola e território.

A diversidade linguística da Amazônia também deve ser considerada no planejamento pedagógico. Kleiman (2005) argumenta que o letramento envolve múltiplas linguagens e formas de expressão. Tfouni (2003) propõe que a escola reconheça as diferentes variantes linguísticas presentes no meio social.

A construção da identidade das crianças passa pelo reconhecimento de sua cultura e de seus modos de vida. Street (2014) entende a linguagem como prática social e elemento constitutivo da identidade. Oliveira (2010) aponta que o apagamento cultural pode comprometer a autoestima e o rendimento escolar.

As atividades que envolvem pesquisa do entorno, entrevistas com moradores e produção de textos sobre a comunidade estimulam a autoria dos alunos. Rojo (2009) defende que o ensino deve promover a autoria e a criticidade. Candau (2012) propõe práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural.

A escassez de infraestrutura escolar deve ser enfrentada com criatividade e articulação comunitária. Arroyo (2011) sugere que os desafios materiais podem ser superados com o fortalecimento dos vínculos sociais. Vygotsky (1998) indica que o meio social tem papel fundamental no desenvolvimento humano.

A resistência cultural por meio da alfabetização é uma forma de afirmar a identidade amazônica. Molina (2016) sustenta que a educação deve valorizar as tradições e saberes locais. Nóvoa (1995) defende que a formação docente inclua o reconhecimento da cultura como conteúdo pedagógico.

Os recursos tecnológicos, quando bem utilizados, podem potencializar o ensino da leitura e da escrita. Diniz (2017) sugere que a inclusão digital deve considerar as condições de acesso das comunidades. Freire (1996) destaca que a tecnologia deve estar a serviço da humanização do processo educativo.

O currículo escolar precisa ser flexível e aberto à inserção de conteúdos regionais. Soares (2004) afirma que o currículo deve refletir a realidade dos alunos. Kleiman (2005) considera que o conteúdo escolar deve dialogar com os contextos sociais nos quais está inserido.

A escuta das crianças como sujeitos ativos no processo de aprendizagem fortalece a construção de uma pedagogia democrática. Tfouni (2003) defende a valorização da voz do aluno. Street (2014) ressalta que os sujeitos do letramento devem ser protagonistas na produção de sentidos.

Por fim, o fortalecimento de uma alfabetização contextualizada no Amapá depende do comprometimento dos educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Oliveira (2010) aponta que a mudança nas práticas educacionais requer articulação institucional. Rojo (2009) enfatiza a importância da atuação coletiva para transformar a realidade escolar.

3. Considerações Finais

A alfabetização contextualizada no Amapá revela-se como um caminho promissor para garantir uma educação significativa e respeitosa às identidades culturais locais. Ao considerar as especificidades socioculturais da região, é possível construir práticas pedagógicas que efetivamente dialoguem com a realidade dos estudantes, fortalecendo sua participação e protagonismo no processo educativo.

O reconhecimento dos saberes tradicionais e das múltiplas linguagens presentes nas comunidades amazônicas amplia a noção de letramento e propicia uma abordagem mais inclusiva e democrática da alfabetização. Essa valorização cultural, quando incorporada à prática docente, contribui para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de identidades fortalecidas.

A escuta ativa da comunidade escolar, incluindo alunos, famílias e lideranças locais, demonstra-se essencial para o planejamento de ações pedagógicas contextualizadas. A escola, nesse sentido, deve funcionar como espaço de mediação entre o conhecimento acadêmico e os saberes do cotidiano, promovendo a articulação entre teoria e prática.

É evidente que os desafios estruturais enfrentados pelas escolas do Amapá não devem ser negligenciados. No entanto, a criatividade pedagógica e o engajamento coletivo podem transformar limitações em oportunidades de inovação. Experiências de ensino realizadas em espaços não convencionais, como a floresta ou a beira do rio, ilustram a potência do território como recurso didático.

A formação continuada dos professores surge como um dos principais pilares para a efetivação de uma alfabetização alinhada ao contexto amazônico. Investir na qualificação docente com foco na diversidade, interculturalidade e multiletramentos é fundamental para o sucesso das propostas educativas na região.

Além disso, políticas públicas específicas e investimentos direcionados são indispensáveis para garantir condições adequadas de ensino e aprendizagem. A produção de materiais didáticos regionais e a ampliação do acesso a tecnologias apropriadas são medidas que contribuem significativamente para a valorização da cultura local e para a equidade educacional.

As práticas de alfabetização que estimulam a autoria, a criticidade e a produção textual a partir da realidade dos estudantes fortalecem os vínculos entre escola e comunidade. Ao tornarem-se autores de suas próprias histórias, os alunos desenvolvem competências linguísticas e cognitivas mais sólidas, além de reafirmarem sua identidade cultural.

Em síntese, alfabetizar no Amapá requer um compromisso ético, político e pedagógico com a realidade dos povos amazônicos. A construção de uma educação libertadora, dialógica e enraizada nos contextos locais é uma tarefa coletiva e contínua, que exige sensibilidade, formação e ação transformadora por parte de todos os envolvidos no processo educativo.

Referências

- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CANDAU, Vera Maria. *Educação e diversidade cultural: desafios e perspectivas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DINIZ, Débora. *Cartas da pandemia: educação e direitos humanos na Amazônia*. São Paulo: Dandara, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KLEIMAN, Ângela B. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do campo e pesquisa: questões para debate*. Brasília: MEC/SECADI, 2016.
- NÓVOA, António (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento – um processo sócio-histórico*. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2010.
- PINTO, Jacyguara Costa et al. A Integração da Gestão Escolar nas Diferentes Modalidades de Ensino: Desafios e Estratégias para uma Educação Inclusiva e de Qualidade. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 9, p. 440-449, 2024.
- PINTO, Jacyguara Costa et al. A adaptação do currículo escolar para alunos com transtorno do espectro autista: metodologias e práticas de ensino personalizadas. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 9, p. 495-503, 2024.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução de Dionei Mathias e Luana Araújo. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TFOUNI, Leda V. *Letramento e exclusão social*. São Paulo: Cortez, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.